



Eixo 1. Estado, Capital e Políticas públicas no Campo
**O AVANÇO DA FRONTEIRA E O CONTROLE TERRITORIAL NO OESTE
DA BAHIA**

Tássio Barreto Cunha
tassiocunha@gmail.com

André Pires Maciel
andrepiresmaciel@hotmail.com

Maria das Graças Gomes Sousa
maga_goncalves@yahoo.com.br

Resumo

Degradações ambientais são provocadas em dinâmicas dicotômicas entre o natural e o social, em determinados momentos históricos. Esse entendimento é possível pela interpretação da capacidade do homem se transformar junto à natureza pelo trabalho com o uso da técnica. O Oeste da Bahia enquanto território de análise apresenta essa conjuntura de forma mais latente a partir da década de 1970, com a presença massiva do capital, presente nesse território a partir do posicionamento político do Estado, enquanto responsáveis diretos por provocar a abertura da fronteira agrícola. É nesse caminhar que o foco desse trabalho se refere em refletir essas ações frente aos rebatimentos na vida dos povos que habitam aquele determinado espaço, sobretudo, trabalhadores que assistem seus elos de vida sendo (des)configurados, ligados a necessidade da barbárie sacionatural imposta para a expansão do capital.

Palavras-chave: Oeste da Bahia, Desmatamento e Degradação do Homem e da Natureza

PASSOS INICIAIS

A essência do instante é a que carrega
o antes e o agora. O depois é a partir
do agora, construído com pensamento
do depois e com ações do agora.
O caminho percorrido é o estigma
do momento, que é o antes, o agora e
o depois.

(Tássio Barreto Cunha)

Degradações ambientais são provocadas em dinâmicas dicotômicas entre o natural e o social, pertencentes a um determinado momento histórico. Esse entendimento é possível pela interpretação da capacidade do homem se transformar junto à natureza pelo trabalho com o uso da técnica, sendo nessa concepção que o Oeste da Bahia enquanto território de análise, apresenta essa conjuntura de forma mais latente a partir da década de 1970.

A injeção de capital que provocou a abertura da fronteira e o desdobramento no mundo do trabalho, é o nosso fio condutor principal de análise, sobretudo, relacionado ao desmatamento constante para práticas agropecuárias e o carvão vegetal, a utilização de substâncias químicas utilizadas para intensificar esse movimento centrífugo de expansão (sobretudo na agricultura), e mais atualmente, a construção de PCH's e a ameaça da mineração.

O foco nesse trabalho é refletir essas ações frente aos rebatimentos consequenciais na vida dos povos que habitam aquele determinado espaço, sobretudo os que sofrem as sequelas diretamente, como ribeirinhos (trabalhadores acampados, assentados, posseiros, etc.), que ao passo que se inicia a fronteira agrícola, percebe a morte e diminuição na vazão dos rios, o declínio na quantidade da biota aquática e terrestre, o desequilíbrio ecossistêmico com a intensificação de danos em suas plantações e criatórios, o aumento dos casos de neoplasias malignas e intoxicações. Ou seja, elos de vida (des)configurados, alicerçados na prática da barbárie sacionatural exercida para expansão do capital.

Nesta parte, aprimoremos o debate sobre a expansão da degradação ambiental enquanto base para a realização do agrohidronegócio e os múltiplos territórios, junto às conjunturas políticas do Estado relacionadas diretamente aos afazeres capitalistas, que condicionam essa degradação fixa e/ou circulante, o que garante o funcionamento dessa estrutura montada no Oeste da Bahia, com atribuições de ganhos monetários instantâneos e futuros.

O alicerce dessa rotatividade direcionada de “fora para dentro” e obtida de “dentro para fora”, é representada desde o seu início pelo financiamento público com injeções de capitais. Em primeiro momento, representada por programas de incentivos incipientes direcionados para o plantio de pinos e cana-de-açúcar (KRAYCHETE & COMERFORD, 2012). Contudo, mesmo sem o sucesso produtivo, essas tentativas de plantios são a base para desencadear um processo de valorização especulativa da terra na “região dos gerais”, já que a histórica concentração fundiária é alicerce do poder político e econômico local. Condição que se perpetua com a expansão da soja, junto ao milho e algodão, enquanto “carros-chefes” da expansão produtiva, o que hoje contempla a dinâmica financeira da fronteira.

UM DESENVOLVIMENTO (IN)RACIONAL

O processo de apropriação da natureza expressada pelo avanço da fronteira agrícola nas figuras 1, 2, 3, 4 e 5 em um imaginário de imagens sobrepostas, possui o controle do território enquanto um dos “pontos-chave” para tal feito. Com a abertura da fronteira, se proporciona uma combinação conjunta de complexos processos sociais,

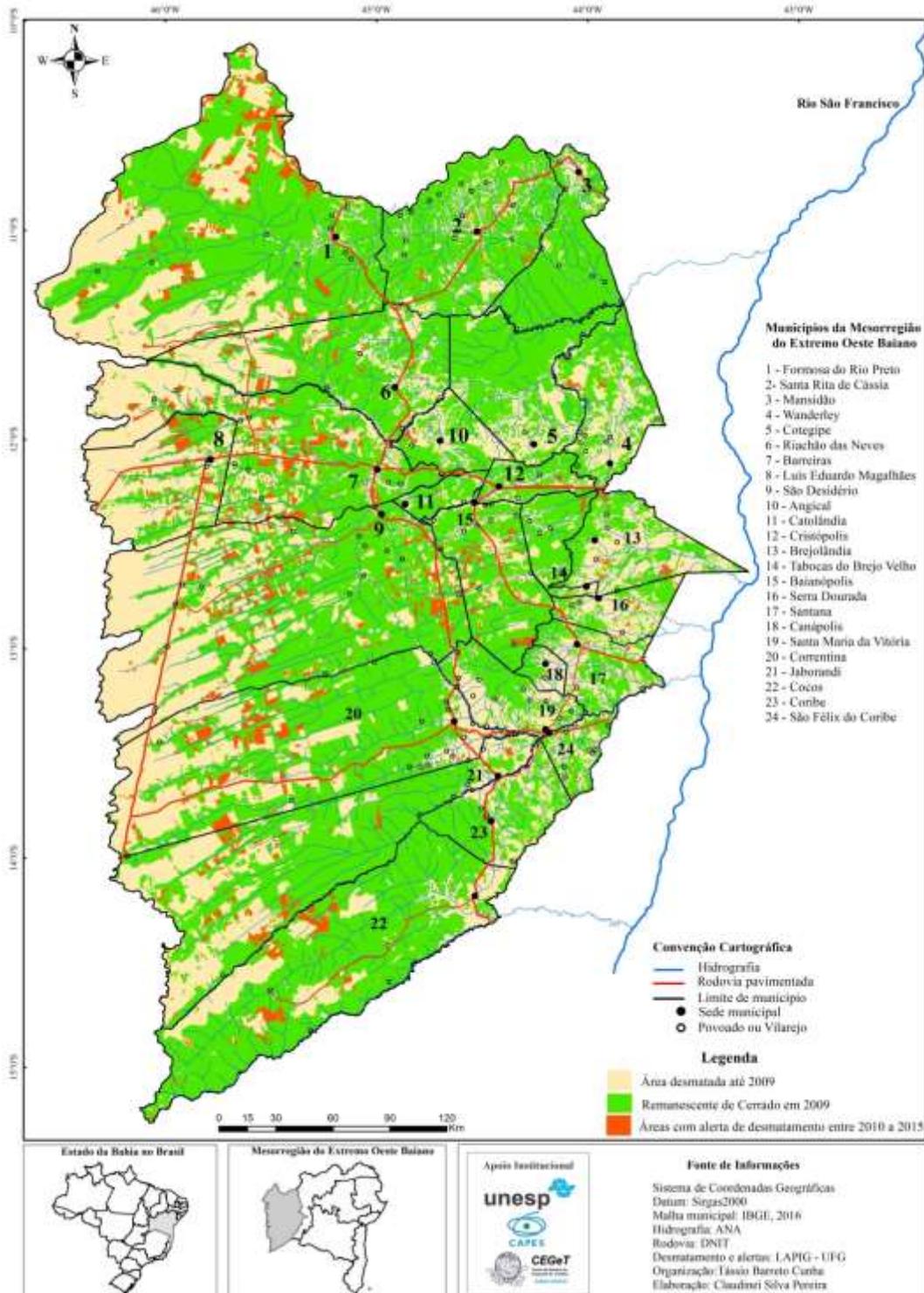


Figura 1 – Representação do avanço do desmatamento no Oeste da Bahia até 2015

Fonte – LAPIG-UFG

técnicos, econômicos, políticos, culturais e ambientais, que correspondem à dinâmica territorial dessa região. A regra geral do capital no campo de agir em busca de terras permissíveis para se produzir com áreas planas, rica em água (subterrâneos, superficiais e atmosféricos); o uso de estratégias de gestão para controlar o trabalhador, usurpar populações tradicionais de suas áreas utilizando-as como reserva legal; uso da tecnologia de ponta para produção; o Estado como mediador e/ou financiador etc., são táticas nítidas no Oeste da Bahia.

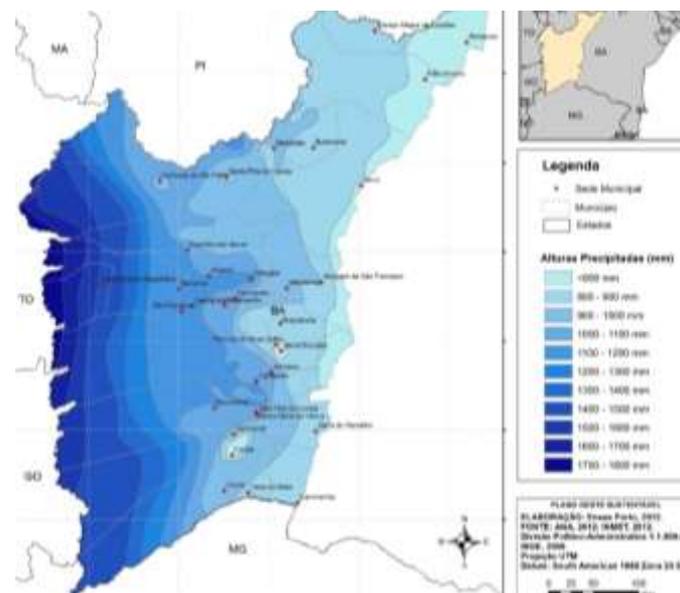


Figura 2 – Representação da Média Pluviométrica no Oeste da Bahia
Fonte – Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia - AIBA

A expansão das áreas de grande produtividade no Oeste da Bahia se formam diante desses cenários, dentre os principais: a utilização das terras em larga escala, de topografia plana e suave ondulada (entre 0% e 5% de declive) de baixa perda de solo com emprego de máquinas agrícolas; clima úmido e sub-úmido com médias pluviométricas entre 1500 a 1800 mm/ano, em uma faixa longitudinal norte-sul nos limites estaduais (MG, GO, TO e PI), em um prolongamento para oeste em cerca de 100 km até o contato com o pediplano sertanejo; predomínio dos solos¹ Latossolo Vermelho-Amarelo e o Neossolo Quartzarênico preparados aos plantios, sobretudo por calagem (VALE & REIS, 2010).

¹ No Oeste da Bahia predominam solos profundos, bem drenados, argilo-arenosos, ácidos com alta concentração de óxido de alumínio, deficientes em nutrientes. O latossolo vermelho-amarelo é encontrado em suma maioria nas chapadas e o neossolo quartzarênico, por sua natureza deposicional nos vales encaixados (FLORES, 2011).

Uma observação sobreposta das representações de uso e ocupação do solo com a pluviometria, altimetria, declividade, solos e as redes hidroviárias e rodoviárias (figuras 1, 2, 3, 4, 5 e 6), nos apresentam a percepção de conhecimento e a necessidade de controle dos recursos naturais por parte do capital, em busca de continuar sua expansão. É na medida em que a fronteira surge nas mais altas altitudes do Chapadão Central do São Francisco², que ela se direciona no sentido norte-sul, a algumas dezenas de km a leste. Sobretudo em locais que as rodovias estatais permitiram uma maior facilidade de escoação da produção, manifestando uma relação direta do Estado com o capital enquanto cômjuges nesse processo.

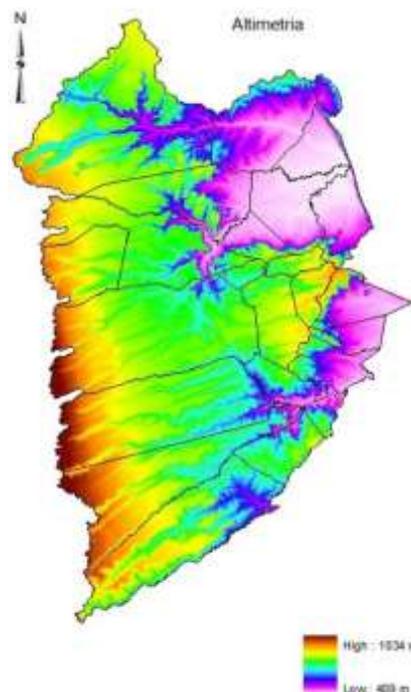


Figura 3 – Representação da Variação Altimétrica no Oeste da Bahia
Fonte – Santos (2014)

Mesmo sendo um território de grande extensão³, é notável a devastação provocada (Figura 1), desrespeitando até mesmo os limites das reservas legais. Logo, são nessas áreas da fronteira agrícola já consolidadas, que a renda da terra se agrega a circulação do capital de forma mais intensa, aumentando o preço das propriedades de acordo com suas características, onde a água é intrínseca a esse processo. Sendo as propriedades mais próximas dessa estrutura, aptas a maiores valorizações, sobretudo por

² Unidade geomorfológica conhecida na região por “Gerais”.

³ Cerca de 113.932,80 Km² (IBGE, 2010).

adquirir um valor agregado ao seu posicionamento no território, o que garante um retorno monetário mais rápido, seja por especulação e/ou produção.

Nas áreas dos municípios onde se iniciou a abertura da fronteira, principalmente de Barreiras, São Desidério, LEM e Correntina, caminha-se para a consolidação, sobretudo pela diminuição das áreas aptas ao plantio. Essa posição provoca uma impulsão no desmatamento com a abertura de novas áreas, que se deslocam para municípios vizinhos e Estados limítrofes, com condições estruturais, edafoclimáticas e de incentivo estatal/financeiro similares.

É nessa apropriação territorial de total desrespeito, que o avanço do capital não considera a existência da fauna, flora e seres humanos. Por isso, essa parcela do espaço enquanto território com a injeção de capitais e o desenvolvimento protagonista da agricultura, é marcado de intensos conflitos de diversas naturezas, principalmente envolvendo populações tradicionais de posseiros residentes nos “gerais”, e/ou nos vales, presentes “nos caminhos do desmatamento”, enquanto moradores e/ou usuários dessas terras.



Figura 4 – Representação da Declividade do Relevo no Oeste da Bahia

Fonte – Santos (2014)

Novos desmatamentos enquanto primeiras manifestações *in loco* para o controle da natureza, se direcionam principalmente para áreas dos municípios em que possuem condições para abertura, substancialmente em relação a questões de solos, água, política e infra-estrutura. Locais que apresentam poucas manifestações dessas ações em comparação a municípios que a abertura de áreas para o plantio estão praticamente estagnadas, como em Cocos, Jaborandi, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto e Correntina, vistos como “áreas reservas” para o avanço da fronteira.

Foram entendidas dessa forma por estarem localizadas em territórios de menor média pluviométrica e regularidades climáticas (fatores cruciais para a expansão). A estrutura para produção foi montada de início sobre o Chapadão do São Francisco⁴, em áreas com pluviometria mais regular e conseqüentemente com maior segurança para se atingir as metas de produção., sobretudo, pela posição direcionada ao Oeste Baiano pelo capital em produzir lavouras temporárias, dependentes diretamente de climas com pluviometrias regulares, e o domínio de técnicas para se cultivar sobre os padronizados tipos de solos e topografia da região.

O surgimento do povoado “Mimoso do Oeste” na década de 1980 nos gerais, hoje a cidade de LEM, concentrando maior parte da elite regional, a estrutura rodoviária enquanto principal via de escoação da produção, são expressões *sine qua non* para entendermos como a fronteira agrícola foi projetada além do posicionamento político/financeiro. Visto que o conhecimento e o controle das áreas que apresentam determinadas dinâmicas naturais expostas aqui, são essenciais para essa expansão do capital no Oeste da Bahia.

Com a continuidade de injeção de capitais aumentando a partir da década de 1990, a fronteira segue o seu avanço principalmente no sentido norte-sul, seguindo as médias pluviométricas que garantem à produção, e de modo mais rarefeito na direção oeste-leste, entre as rodovias, áreas planas, etc. Nesse seguimento, o seu roteiro ocorre substancialmente pelos leitos dos rios, encontrando condições edáficas e abundância em água para práticas de irrigação, principalmente por meio de pivôs centrais, utilizados principalmente em intervalos climáticos de seca (entre abril a setembro nessa região) e/ou veranicos⁵.

⁴ É perceptível o avanço da fronteira em locais de maior média pluviométrica e próxima as rodovias.

⁵ Períodos longos de estiagem em meses mais propenso a chuva no Oeste da Bahia (entre outubro a março).

A utilização da água subterrânea para fins agrícolas se inicia a partir do final da década de 1980, também através de incentivos governamentais pelo Programa de Financiamento de Equipamentos para Irrigação – PROFIR (1982) e o Programa de Irrigação do Nordeste – PROINE (1988), ocorrendo principalmente no topo das chapadas onde se localiza aquíferos confinados, propícios a possuir um escoamento de base com maior volume e conseqüentemente, permitindo maior vazão para os poços, possibilitando lavouras maiores e mais lucrativas (GASPAR, 2006).

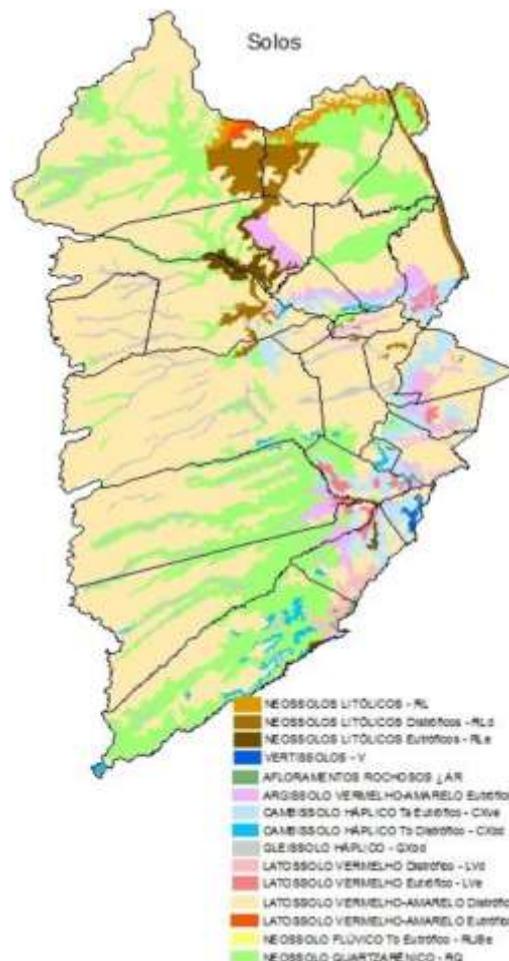


Figura 5 – Representação das principais classes de solo presentes no Oeste da Bahia
Fonte – Santos (2014)

As áreas alicerçadas no início da fronteira pelos projetos de colonização são as mais propensas a maior valorização com a correlação do planejamento do capital e o Estado, se perdurando por lá até hoje. Os novos espaços de avanço, além de estarem mais distantes desse arcabouço, possuem entraves complexos, por se direcionarem para uma maior proximidade das áreas de moradia e/ou usufruto de populações tradicionais

localizadas nos vales⁶. Esses, locais de menor abundância de chuva, precária estrutura viária, em muitos casos, dependentes exclusivamente da irrigação para produção. Esse avanço é atrelado à mesma pactuação de forças do desenvolvimento inicial no final da década de 1970, contudo, direcionada a (re)arranjos integrados entre capitais e o Estado.

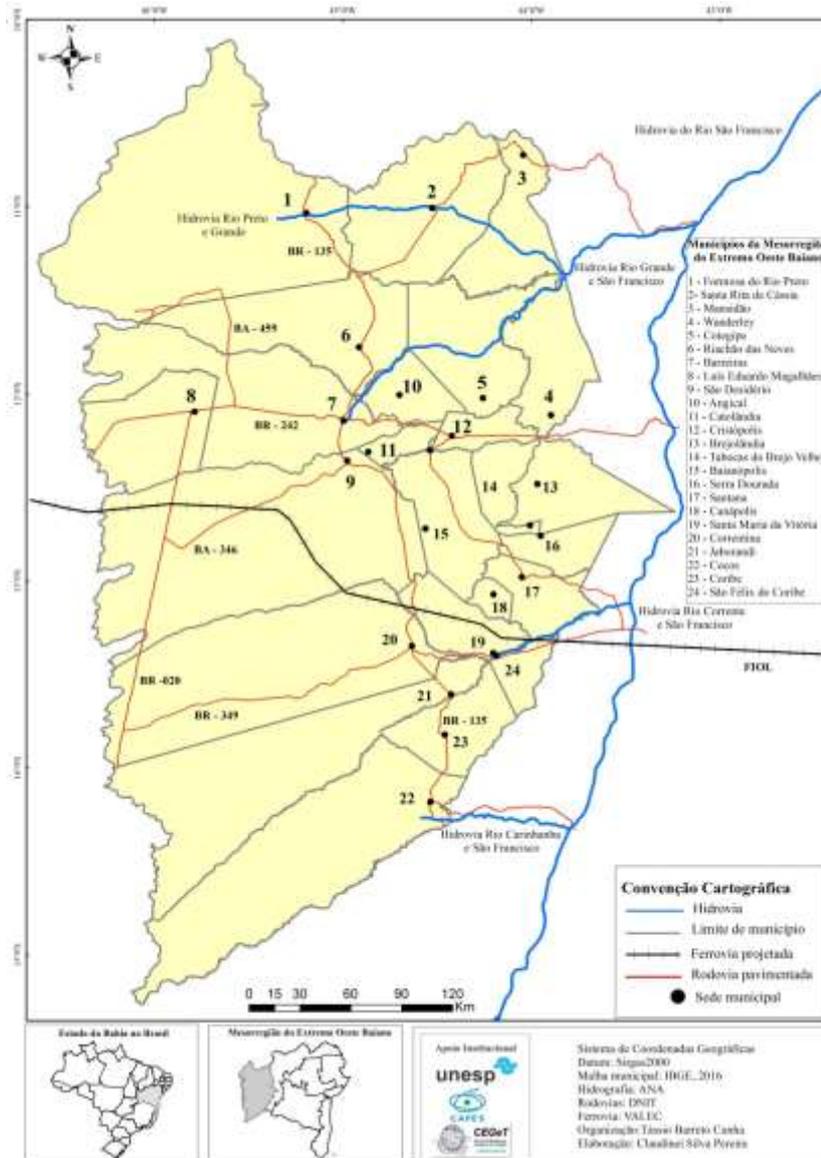


Figura 6 – Representação da Rede Rodoviária no cerrado da Bahia

Esse poder político permite um caminhar avassalador desse território, com a ampliação de interações, acordadas com as atividades (re)produtivas impostas, fraturando novas fronteiras, criando outras e designando diversos espaços de exclusão, em busca de incluir o sentido expansivo e circulante do capital. Um processo que faz

⁶ Áreas paralelas existentes no chamado Chapadão do São Francisco, proporcionando os cursos dos principais rios e uma rica biodiversidade.

evoluir as paisagens naturais de acordo com o seu desenho natural e as escolhas políticas traçadas. Um fazer técnico conforme os discursos propagados e as necessidades padronizadas dos produtos, típicos de economias de mercado como a brasileira (SMITH, 2000; MOREIRA, 2004).

Essa evolução tende a aumentar, sobretudo pelos incentivos estatais atrelados a essa lógica monetária de apropriação da natureza e primarização da economia. Isso é apresentado por “formas do instante”, pelo crescimento, facilidade, baixos juros dos empréstimos rurais, e a configuração de um arcabouço com investimentos de longo prazo que está sendo realizado e planejado. Nesse último quesito, se destacam a construção do modal da ferrovia FIOL, integrada a ferrovia Norte-Sul, o novo Porto de Ilhéus, e o trecho da Br 135 Sul/BA. A ferrovia já possui obras iniciadas a parti do litoral sul baiano (onde se localizará o Novo Porto de Ilhéus) em direção ao TO, integrando a ferrovia Norte-Sul, atravessando o Oeste da Bahia com dois pontos de recarga, em Correntina e São Desidério. Planejados inicialmente para escoar a produção primária e os derivados de soja, milho, algodão e álcool (Ministério dos Transportes – MI, 2010). A Br 135 Sul/BA corresponde ao trecho de São Desidério a divisa com MG, passando pelas sedes municipais de São Desidério, Correntina, Jaborandi, Coribe e Cocos⁷.

Uma estrutura (re) programada para atender e expandir os ditames do capital já existentes. Dessa forma, diante dos cenários que já se propagaram até hoje, nos induz a prever a reestruturação de um esboço que conduzirá uma maior apropriação da natureza e do trabalho como “espinha dorsal” para transformar e mover tudo isso, necessitando substancialmente o controle da terra e da água. Isso é apresentado com o planejamento de expansão de outros produtos ligados à agricultura (cana-de-açúcar, eucalipto), a mineração (o Tálío e o Manganês) e derivados de material fóssil (Gás de Xisto), em áreas estratégicas na região.

⁷ No momento da pesquisa, a obra encontrava-se embargada pelo IBAMA. O Estudo de Impacto Ambiental - EIA/Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, não corresponderam às exigências relacionadas ao estudo de impacto das cavernas (parte da obra se localiza em áreas cársticas), e o remanejamento de comunidades localizadas sobre o traçado da rodovia.

PASSOS INCONCLUSOS

O planejamento do Oeste da Bahia é voltado para o interesse do capital e não dos baianos e/ou trabalhadores migrantes ali presentes, em que o Estado é o principal intermediador e fomentador. Dessa forma, esse roteiro destrutivo provocado pelo desmatamento, no âmbito do agrohidronegócio, também é entendido pelo processo de produção e suas viabilidades técnicas-organizacionais (SANTOS, 1997) ditadas por regras monetárias, não vinculadas ao bem-estar social dos seus habitantes, principalmente dos povos residentes em suas áreas de interesse, como populações tradicionais viventes nesse território.

O avanço do desmatamento não deve ser visto de forma genérica, como apenas uma prática para a produção de commodities agrícolas. É preciso reconhecer que essas áreas podem possuir conteúdos parecidos, contudo, nunca idênticos, reconhecendo que cada território possui uma situação particular. Sendo necessário referirmos o processo produtivo não somente pela produção, comercialização, compra, consumo e circulação, mas vinculá-lo a outros eventos integrantes, que formam uma combinação mais coerente para entendermos melhor o elo dessa conglomeração territorial (im)posta (SANTOS, 1997).

Esse controle da natureza expressado de início pelo avanço do desmatamento no cerrado baiano, é mais uma implicação catastrófica do desenvolvimento sistêmico avançado do capital, enquanto uma transgressão ecológica devastadora não sustentável, com uma exploração/destruição voraz dos recursos naturais, representada, sobretudo pela morte, diminuição e poluição dos rios; processos erosivos; destruição da fauna e da flora e descontrole ecossistêmico com a proliferação de espécies exóticas etc. Um avanço que não se separa da destruição, nem o progresso de desperdício. Isto é, quanto mais destrava a força de produtividade, mais desencadeia o poder da destruição; e quanto mais amplia o volume de produção, mais deve enterrar tudo sob montanhas de lixos sufocantes. Ocasão que rebate diretamente na vida de trabalhadores, sobretudo aqueles que necessitam diretamente de bens *in natura* presentes em seus territórios para sobreviver (MÉSZÁROS, 2011).

É um devir social e natural paralelo e inerente, em que o homem enquanto realizador do trabalho emerge da natureza e a utiliza para os seus fins. A natureza é tanto quanto o trabalho fonte de valor, e é precisamente nisso que consiste a riqueza material (MOREIRA, 2004). Os seres humanos vivem da natureza, em que a vida física

e a espiritual estão ligadas, sendo o homem parte da natureza. Logo, a dinâmica sacionatural do Oeste Baiano é condição dessa reprodução territorial conflituosa, junto a uma multidimensionalidade de territorialidades atreladas a esse arcabouço financeiro parasitário (SAQUET, 2007).

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo das Neves. *Desregulação, Deslocalização e Conflito Ambiental: Considerações sobre o Controle das Demandas Sociais*. In. Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro-RJ, Lamparina. 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Agroestratégias e Desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios*. In. Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro-RJ, Lamparina. 2010.

CICOUREL, Aaron. *Teoria e Método em Pesquisa de Campo*. In. Desvendando Máscaras Sociais. Org. Alba Zaluar Guimarães. Livraria Francisco Alves Editora S. A., 2ª edição. Rio de Janeiro – RJ. 1980.

CNA - Faculdade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. *Os Números do Agronegócio Brasileiro*. Acesso <http://www.faculdadecna.com.br/agronegocio>. Brasília, 2014.

FLORES, Pedro Maury. *Análise Multitemporal do Avanço da Fronteira Agrícola no Município de Barreiras – BA (1988 – 2008)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília – UNB, Pós-Graduação em Geografia. 99p. 2011.

GASPAR, Márcia Tereza Pantoja. *Sistema Aquífero Urucuia: caracterização regional e propostas de gestão*. Tese de Doutorado, Instituto de geociências, Universidade de Brasília – UNB, 2006, 158p.

HAESBAERT, Rogério Costa; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Nova Ordem Mundial*. São Paulo-SP, Editora UNESP, Série Paradidáticos. 160p, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. *Relatório Técnico de Monitoramento do Desmatamento no Bioma Cerrado, 2002 a 2008: Dados Revisados*. Acordo de Cooperação Técnica: Ministério do Meio Ambiente – MMA/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/IBAMA. Brasília – DF, 2009.

JORNAL O ESTADÃO. *Ameaça ao Cerrado se Volta ao Norte: com mais de 50% da área destruída ou alterada, cerrado registra migração do desmate para região preservada*. São Paulo – SP, Setembro de 2009.

KRAYCHETE, Gabriel; COMERFORD, John. *Oeste Baiano: os movimentos sociais face ao novo cenário regional*. In. Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos

do Além São Francisco. Org's. Clóvis Caribé & Raquel Vale. Ediditora UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana – BA. 2012.

MÉSZÁROS, István. *Crise Estrutural Necessita de Mudança Estrutural*. Texto Conferência de abertura – II Encontro São Lázaro, 70 anos FFCH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, 2011.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. *Vídeo Institucional da Ferrovia Oeste-Leste*. Acesso em - https://www.youtube.com/watch?v=_ULCpzZS4uo. 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. *Fluxos Internos da Soja no Cerrado Baiano*. Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Bioma Cerrado. Vol. 1. Brasília – DF, 2012.

MOREIRA, Rui. *Marxismo e Geografia (A Geograficidade e o Diálogo das ontologias)*. GEOgraphia, Vol. 6, Nº 11. 2004.

_____. *Do Espaço da Mais Valia Absoluta ao Espaço da Mais Valia Relativa: Os Ordenamentos da Geografia Operária no Brasil*. Terra Livre, São Paulo – SP. Ano 27, Vol. 1, nº 36. P. 45-68. 2011.

PLANALTO, Presidência da República. *Matopiba: Área econômica será instituída na última fronteira agrícola do País*. Acesso - <http://blog.planalto.gov.br/matopiba-area-economica-sera-instituida-na-ultima-fronteira-agricola-do-pais/>. Brasília – DF, Abril de 2015.

SANO, E. E.; SANTOS, C. C. M.; SILVA, E. M.; CHAVES, J. M. *Fronteira agrícola do Oeste baiano: considerações sobre os aspectos temporais e ambientais*. São Paulo, UNESP, Geociências, v.30, n.3, p.479-489, 2011.

SANTOS, Crislaine Aparecida Pereira dos. *Dinâmica da Paisagem e a Fragilidade Natural e Antrópica da Fronteira Agrícola no Oeste da Bahia*. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia – GO, 2014.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 2ª Edição. Editora Hucitec, São Paulo – SP. 1997.

SAQUET, MARCOS AURÉLIO. *Abordagens e Concepções sobre Território*. Ed. Expressão Popular, São Paulo-SP. 2007.

SMITH, Neil. *Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica*. In: ARANTES, A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000. p. 132 – 175.

SPAGNOLO, Thiago Felipe de Oliveira. *Análise da Dinâmica Espacial da Expansão Agrícola no Oeste Baiano entre 1984 e 2008: Estudo de Caso no Município de São Desidério-BA*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília – UNB. Departamento de Geografia. Brasília – DF, 2011.

THOMAZ JR, Antônio. *Por uma cruzada contra fome e o agrohidronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado*. Revista Pegada – vol. 9, n. 1. P. 08-34, junho de 2008.

VALE, Raquel de Matos Cardoso do; REIS, Simony Lopes da Silva. *A bacia Hidrográfica do Rio Preto: repercussões ambientais de um modelo agroeconômico industrial*. In. Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do Além São Francisco. Org's. Clóvis Caribé & Raquel Vale. Ediditora UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana – BA. 2012.